

APRESENTAÇÃO

Esta edição Ano 13, nº2 (ago./dez. 2021) da Revista Acadêmica do Ministério Público do Ceará, segue intensificando mudanças em busca de um maior aprimoramento científico. Depois de adotar o padrão OJS em sua gestão, a Revista já deposita o DOI (Digital Object Identifier) em cada artigo publicado. A partir desta edição, todos os artigos disponibilizados em nossa Revista Acadêmica serão registrados e identificados seguindo padrões mundialmente estabelecidos em periódicos científicos.

O Digital Object Identifier, ou, em português, Identificador de Objeto Digital, é um código único, formado por letras e números. Tem como objetivo catalogar e identificar os artigos disponibilizados em plataformas digitais. Através do DOI, torna-se mais fácil a localização de publicações no universo virtual e, por conseguinte, fortalece a divulgação e o número de leitores.

Nesta edição a Revista conta com 10 (dez) artigos, sendo 05 (cinco) internos e 05 (cinco) externos, mantendo assim em todas as suas publicações a taxa de endogenia e exogenia ínsitas aos periódicos científicos avaliados pela Qualis.

Os artigos gravitam sobre os mais variados temas da ciência jurídica, permitindo ao leitor uma pequena imersão em diversas áreas do direito, proporcionando uma leitura eclética e bastante instrutiva.

Especificamente nesta segunda edição de 2021, a Revista contempla temas instigantes, com presença cativa em inúmeros debates e estudos no cenário jurídico hodierno, tais como: O crime de estupro de vulnerável e o princípio da proteção integral a partir da Lei 13.431/2017: teses processuais e análise jurisprudencial; O acordo de não persecução penal; Implicações da convenção internacional sobre direitos das pessoas com deficiência na curatela e tomada de decisão apoiada; Tutela extraprocessual em litígios coletivos: lições do desastre do Rio Doce (caso Samarco); A tutela do superendividamento e a atuação do Ministério Público ante os reflexos no mínimo existencial; Os interesses coletivos de proteção ambiental e urbanística e o sistema de justiça: a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público do Maranhão no período de 2015 a 2020; Violência doméstica: rede intersetorial de apoio e ressignificação do papel social do homem e da mulher; Da celebração do acordo de não persecução penal nos crimes de apropriação indébita previdenciária cometidos por prefeitos municipais; Quem pode ser sujeito ativo ou passivo de habeas corpus? Uma análise sobre a ampla legitimidade processual no remédio constitucional de Habeas Corpus; Instrumental jurídico de proteção do patrimônio público cultural no Brasil.

O momento é oportuno para agradecer a confiança e apoio de nossos articulistas, do Conselho Editorial e do Corpo de Pareceristas, os quais contribuíram brilhantemente para a construção de mais um exemplar da Revista Acadêmica do Ministério Público do Ceará.

Boa leitura!

Equipe revista Acadêmica da CEAF/ESMP-CE